

## **COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO – COMPESA**

### **PROGRAMA DE SANEAMENTO AMBIENTAL NA BACIA DO RIO IPOJUCA - PSA IPOJUCA**

#### **CONTRATO 2901/OC – BR**

#### **DEMONSTRACÕES FINANCEIRAS BÁSICAS**


**2014/2015**




# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS BÁSICAS

## Expresso em Dólares

		Período terminado em 31.12.15		Período terminado em 31.12.14	
		BID	Contrapartida	TOTAL	
<b>RECURSOS RECEBIDOS</b>					
Acumulado ao Começo do Período		-	-	-	
<b>Durante o Período</b>					
• Desembolsos ( Antecipações/Fundo Rotativo, reembolsos, pagos diretos e reembolso contra garantia de carta de crédito)		18.785.754	5.089.563	23.875.317	
• Juros recebidos (detalhar)		-	89.509	89.509	
• FIV		-	-	-	
• Outros (detalhar)		-	-	-	
<b>Total de Recursos Recebidos</b>		<b>18.785.754</b>	<b>5.179.072</b>	<b>23.964.826</b>	
<b>DESEMBOLSOS EFETUADOS</b>					
Acumulado ao começo do período		-	-	-	
<b>Durante o Período</b>					
• Solicitação de Reembolso/ Justificativa de Desembolso apresentado ao BID		10.279.330	5.089.563	15.368.893	
• Pagos por Bens e Serviços Pendentes de Comprovação/Justificação		421.681	-	421.681	
• FIV		-	-	-	
• Outros (detalhar)		-	-	-	
<b>Total Desembolsado</b>		<b>10.701.011</b>	<b>5.089.563</b>	<b>15.790.574</b>	
<b>SALDO DISPONÍVEL NO FINAL DO PERÍODO</b>		<b>8.084.743</b>	<b>89.509</b>	<b>8.174.252</b>	

  
Maria Josete Almeida Martins  
Contadora CRC/PE 015577/0-0

  
Mussilvana Alves  
Coordenadora Administrativa e Financeira

**Sérgio Munlo Guimarães**  
Gerente de Programas Especiais


As Notas anexas fazem parte integrante dessas Demonstrações Financeiras

(4) Quando se utiliza a contabilidade com base em regime de competência deverão ser realizadas aos ajustes correspondentes na nomenclatura dos conceitos utilizados nesta Demonstração;

(2) No primeiro período não haverá lugar a uma Demonstração comparativa.

## Período terminado em 31.12.15

Período terminado em 31.12.15			
	BID	Contrapartida	TOTAL
<b>RECURSOS RECEBIDOS</b>			
Acumulado ao Começo do Período	-	-	-
<b>Durante o Período</b>			
• Desembolsos ( Antecipações/Fundo Rotativo, reembolsos, pagos diretos e reembolso contra garantia de carta de crédito)	60.052.707	15.839.521	75.892.228
• Juros recebidos (detalh)ar	-	349.462	349.462
• FIV	-	-	-
• Outros (detalh)ar	-	-	-
<b>Total de Recursos Recebidos</b>	<b>60.052.707</b>	<b>16.188.983</b>	<b>76.241.690</b>
<b>DESEMBOLSOS EFETUADOS</b>			
Acumulado ao começo do período	-	-	-
<b>Durante o Período</b>			
• Solicitação de Reembolso/ Justificativa de Desembolso apresentado ao BID	26.965.576	15.839.521	42.805.097
• Pagos por Bens e Serviços Pendentes de Comprovação/Justificação	-	-	-
• FIV	1.362.452	-	1.362.452
• Outros (detalh)ar	-	-	-
<b>Total Desembolsado</b>	<b>28.328.028</b>	<b>15.839.521</b>	<b>44.167.549</b>
<b>SALDO DISPONÍVEL NO FINAL DO PERÍODO</b>	<b>31.724.680</b>	<b>349.462</b>	<b>32.074.141</b>

  
Maria Josete Almeida Martins  
Contadora CRC/PE 015577/0-0

  
Mussilvana Alves  
Coordenadora Administrativa e Financeira

As Notas anexas fazem parte integrante dessas Demonstrações Financeiras

- (1) Quando se utiliza a contabilidade com base em regime de competência deverão ser realizadas as ajustes correspondentes na nomenclatura dos conceitos utilizados nesta Demonstração;
- (2) No primeiro período não haverá lugar a uma Demonstração comparativa.

Sérgio Murilo Guimarães  
Gerente de Programas Especiais





R: COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO – COMPESA  
EAMENTO AMBIENTAL NA BACIA DO RIO IPOJUCA - PSA/IPOJUCA  
RÉSTIMO 2901/OC - BR

DEMONSTRAÇÃO DE INVESTIMENTO - S A C U M U L A D O S  
Expresso em Dólares

	Orçamento Vigente			Acumulado do Exercício 2014			Acumulado do Exercício 2015			Orçamento a Realizar		
	Total Projeto	BID	Contrapartida	Total Projeto	BID	Contrapartida	Total Projeto	BID	Contrapartida	Total Projeto	BID	Contrapartida
	15.000.000	15.000.000	-	-	-	-	1.741.118	1.741.118	-	13.258.882	13.258.882	-
	15.000.000	15.000.000	-	-	-	-	1.741.118	1.741.118	-	13.258.882	13.258.882	-
	299.000.000	169.000.000	130.000.000	-	-	-	8.538.212	8.538.212	5.089.563	285.372.225	160.461.788	124.910.437
al	20.000.000	18.250.000	1.750.000	-	-	-	7.394.907	7.394.907	-	12.605.093	10.855.093	1.750.000
	264.000.000	135.750.000	128.250.000	-	-	-	434.843	434.843	5.089.563	258.475.595	135.315.157	123.160.437
ile Social	15.000.000	15.000.000	-	-	-	-	708.462	708.462	-	14.291.538	14.291.538	-
	1.000.000	1.000.000	-	-	-	-	-	-	-	1.000.000	1.000.000	-
hitoramento	1.000.000	1.000.000	-	-	-	-	-	-	-	1.000.000	1.000.000	-
	15.000.000	15.000.000	-	-	-	-	-	-	-	15.000.000	15.000.000	-
	15.000.000	15.000.000	-	-	-	-	-	-	-	15.000.000	15.000.000	-
gem	330.000.000	200.000.000	130.000.000	-	-	-	10.279.330	10.279.330	5.089.563	314.631.107	189.720.670	124.910.437
	100%	61%	39%	0%	0%	0%	67%	67%	33%	100%	60%	40%

*Freick*  
 Maria Josete Almeida Martins  
 Contadora CRC/PE 015577/O-0

*Mussilvana Alves*  
 Mussilvana Alves  
 Coordenadora Administrativa e Financeira

*Sérgio Nuno Guimarães*  
 Sérgio Nuno Guimarães  
 Gerente de programas Especiais

*Ordo*



NOME DO EXECUTOR: COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO – COMPESA  
PROGRAMA DE SANEAMENTO AMBIENTAL NA BACIA DO RIO IPOJUCA - PSA/IPOJUCA  
CONTRATO DE EMPRÉSTIMO 2901/OC - BR


DEMONSTRAÇÃO DE INVESTIMENTOS ACUMULADOS


Expresso em Reais

Taxa de câmbio em 31.12.15 3,9042

CONCEITO	Orçamento Vigente			Acumulado do Exercício 2014			Acumulado do Exercício 2015			Orçamento a Realizar		
	Total Projeto	BID	Contrap.	Total Projeto	BID	Contrap.	Total Projeto	BID	Contrap.	Total Projeto	BID	Contrap.
1. Engenharia e Administração	58.563.000	58.563.000	-	-	-	-	4.781.609	4.781.609	-	53.781.391	53.781.391	-
1.1 Gestão e Supervisão	58.563.000	58.563.000	-	-	-	-	4.781.609	4.781.609	-	53.781.391	53.781.391	-
2. Custos Diretos	1.167.355.800	659.809.800	507.546.000	-	-	-	38.023.488	22.183.967	15.839.521	1.129.332.312	637.625.833	491.706.479
2.1 Fortalecimento Institucional	78.084.000	71.251.650	6.832.350	-	-	-	18.675.117	18.675.117	-	59.408.883	52.576.533	6.832.350
2.2 Obras e Equipamentos	1.030.708.800	529.995.150	500.713.650	-	-	-	17.074.994	1.235.473	15.839.521	1.013.633.806	528.759.677	484.874.129
2.3 Sustentabilidade Ambiental e Social	58.563.000	58.563.000	-	-	-	-	2.273.377	2.273.377	-	56.289.623	56.289.623	-
3. Custos Associados	3.904.200	3.904.200	-	-	-	-	-	-	-	3.904.200	3.904.200	-
3.1 Auditoria, Avaliação e Monitoramento	3.904.200	3.904.200	-	-	-	-	-	-	-	3.904.200	3.904.200	-
4. Sem Alocação Específica	58.563.000	58.563.000	-	-	-	-	-	-	-	58.563.000	58.563.000	-
4.1 Contingências	58.563.000	58.563.000	-	-	-	-	-	-	-	58.563.000	58.563.000	-
TOTAIS	1.288.386.000	780.840.000	507.546.000	-	-	-	42.805.097	26.965.576	15.839.521	1.245.580.903	753.874.424	491.706.479
PARI-PASSU Porcentagem	100%	61%	39%	0%	0%	0%	100%	63%	37%	100%	61%	39%

Recife, 13 de abril de 2015

  
Maria Josete Almeida Martins  
Contadora CRC/PE 015577/O-0

  
Mussilvana Alves  
Coordenadora Administrativa e Financeira

  
Sérgio Murilo Guimarães  
Gerente de programas Especiais



NOME DO EXECUTOR: COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO – COMPESA  
PROGRAMA DE SANEAMENTO AMBIENTAL NA BACIA DO RIO IPOJUCA - PSA/IPOJUCA  
CONTRATO DE EMPRÉSTIMO 2901/OC - BR

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO PROGRAMA

*Sem prejuízo do uso ou da adaptação às circunstâncias das notas julgadas necessárias conforme as sugestões das NICSP - Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público ou NIC/IFRS – Normas Internacionais de Contabilidade/Normas Internacionais de Relatórios Financeiros, a título de ilustração apresentam-se a seguir os assuntos comumente tratados nas notas, sem que estas constituam uma relação exaustiva ou impliquem sua aplicação em todos os casos.*

*Esclarecemos que as Informações financeiras e contábeis são extraídas automaticamente do Sistema ALPHA de Gestão (Compesa) e e-Fisco (Governo do Estado de Pernambuco).*

### 1. Descrição do Programa

O objetivo geral do Programa é promover o saneamento ambiental da Bacia do Rio Ipojuca, por meio do aumento da cobertura de esgotamento sanitário e dos índices de tratamento de águas residuais, principalmente nas 12 cidades-sede de municípios, e de melhorias socioambientais.

Para a consecução desse objetivo, o Programa apoiará três grupos de ações específicas: (i) ações fortalecimento institucional da Companhia Pernambucana de Saneamento – COMPESA e da Secretaria de Desenvolvimento Econômico – SDEC; (ii) Implantação de sistemas de coleta e tratamento de águas servidas; e (iii) apoio à sustentabilidade ambiental e social na bacia, incluindo a recuperação de trechos das margens do rio em estado avançado de degradação. Além disso, os sistemas de abastecimento de água potável de Bezerros e de Porto de Galinhas/Ipojuca serão reabilitados.

O programa está estruturado nos seguintes componentes:

- **Componente 1: Fortalecimento Institucional**

O componente financiará ações de melhoria operacional dos sistemas de água e saneamento da COMPESA por meio de: (i) desenvolvimento de procedimentos e métodos e estabelecimento de metas para a melhoria da operação e supervisão; (ii) implementação de um plano de capacitação operacional; (iii) implementação de um plano de automação de equipamentos; (iv) implementação de um Plano de Gestão de Ativos; (v) Implementação de um sistema de gestão de projetos; (vi) elaboração e implementação do sistema de Gestão Ambiental (SGA) da COMPESA; e (vii) implementação de sistemas de controle interno na SDEC e na COMPESA, que permitam atender os aspectos técnicos, administrativos e institucionais correspondentes.

- **Componente 2: Obras e Equipamentos**

O componente financiará: (i) a construção de interceptadores e coletores, estações de bombeamento, rede de coleta e estações de tratamento de águas residuais, entre outras, para os municípios de Tacaimbó, Sanharó, Bezerros, Pesqueira, Venturosa, Arcoverde, Escada, São Caetano, Caruaru e Gravatá; (ii) a reabilitação dos sistemas de água potável nos municípios de Bezerros e Ipojuca/Porto de Galinhas; (iii) a elaboração dos projetos de engenharia dos sistemas de esgoto nos municípios de Caruaru, Gravatá, Belo Jardim, Chã Grande e Primavera; (iv) aproximadamente 60 mil das 143 mil conexões domiciliares projetadas para a rede de esgoto; e (v) a criação na Bacia



**NOME DO EXECUTOR: COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO – COMPESA**  
**PROGRAMA DE SANEAMENTO AMBIENTAL NA BACIA DO RIO IPOJUCA - PSA/IPOJUCA**  
**CONTRATO DE EMPRÉSTIMO 2901/OC - BR**

do Rio Ipojuca (BRI) de uma unidade descentralizada da COMPESA para a manutenção dos sistemas.

• **Componente 3: Sustentabilidade Ambiental e Social**

O componente Financiará: (i) a reabilitação das margens do Rio Ipojuca em pontos específicos e do entorno dos reservatórios para restaurar a vegetação nativa, em conformidade com as legislações nacional e estadual; (ii) o desenvolvimento de metodologias para a classificação dos cursos de água na BRI, que apoiará o estabelecimento de um sistema de pagamentos por serviços ambientais, e a emissão de licenças para a destinação de esgoto sanitário; (iii) o desenvolvimento de um sistema de cobrança pelo uso da água; (iv) a implantação de uma unidade de estrutura física na bacia para apoio à gestão ambiental realizada pela Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH); (v) a implementação da rede de monitoramento hidrometeorológico operada pela Agência Pernambucana de Águas e Clima (APAC) e a readequação da rede de monitoramento de qualidade da água da CPRH; e (vi) a execução, com a APAC, de ações de gestão socioambiental, incluindo uma estratégia de comunicação e um Projeto de educação ambiental para integrar a população às ações de gestão da bacia.

A categoria de engenharia e administração inclui a elaboração de estudos específicos, a contratação de consultoria de gestão, a supervisão, e o apoio para a gestão eficiente do Programa.

## 2. Custo do Programa

O custo total do Programa é estimado no equivalente a US\$ 330.000.000,00 ( trezentos e trinta milhões de dólares), sendo US\$ 200.000.000,00 ( duzentos milhões de dólares) financiados pelo Banco e US\$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de dólares) de contrapartida local, cuja distribuição por fonte de financiamento e categoria se indica no quadro seguinte:

**Custo e Financiamento**  
(Em milhões de US\$)

Categorias/Componentes	US\$ 1.000			US\$ 1.000		
	Total	Banco	Local	Banco	Local	Total
<b>I Engenharia e Administração</b>	<b>15.000</b>	<b>15.000</b>	<b>-</b>	<b>100%</b>	<b>0%</b>	<b>4,55%</b>
1.1 Gestão e Supervisão	15.000	15.000	-	100%	0%	4,55%
<b>II Custos Diretos</b>	<b>299.000</b>	<b>169.000</b>	<b>130.000</b>	<b>56,52%</b>	<b>43,48%</b>	<b>90,61%</b>
2.1 Fortalecimento Institucional	20.000	18.250	1.750	91,25%	8,75%	6,06%
2.2 Obras e Equipamentos	264.000	135.750	128.250	51,42%	48,58%	80,00%
2.3 Sustentabilidade Ambiental e Social	15.000	15.000	-	100,00%	0,00%	4,55%
<b>III Custos Associados</b>	<b>1.000</b>	<b>1.000</b>	<b>-</b>	<b>100,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,30%</b>
3.1 Auditoria, Avaliação e Monitoramento	1.000	1.000	-	100,00%	0,00%	0,30%
<b>IV Sem Alocação Específica</b>	<b>15.000</b>	<b>15.000</b>	<b>-</b>	<b>100,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>4,55%</b>
4.1 Contingências	15.000	15.000	-	100,00%	0,00%	4,55%
<b>TOTAL</b>	<b>330.000</b>	<b>200.000</b>	<b>130.000</b>	<b>61,00%</b>	<b>39,00%</b>	<b>100,00%</b>

## 3. Execução

O mutuário será o estado de Pernambuco (PE) e o órgão executor será a Secretaria de Desenvolvimento Econômico - SDEC. A SDEC executará o Programa por intermédio da Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA.



**NOME DO EXECUTOR: COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO – COMPESA**  
**PROGRAMA DE SANEAMENTO AMBIENTAL NA BACIA DO RIO IPOJUCA - PSA/IPOJUCA**  
**CONTRATO DE EMPRÉSTIMO 2901/OC - BR**

A SDEC executará o Programa por meio da COMPESA com o apoio da Agência Pernambucana de Águas e Clima - APAC e da Agência Estadual de Meio Ambiente - CPRH. A SDEC trabalhará em articulação com os municípios envolvidos e com o Comitê da Bacia Hidrográfica - CBH, por meio de convênios. Foi criada uma unidade de Gestão do Programa - UGP, no âmbito da COMPESA, apoiada por um Comitê Consultivo - CC formado por representantes da SDEC, da COMPESA, da APAC, da Secretaria de Planejamento e Gestão - SEPLAG, da Agência Estadual de Meio Ambiente - CPRH e do Comitê da Bacia Hidrográfica - CBH. O CC atuará como fórum e mediador em casos que afetem a execução do Programa. A UGP, formada por um Gerente e quatro coordenadores (Administrativo e financeiro, de Programas Especiais, ambiental e de Aquisições/Jurídico) com dedicação exclusiva, será responsável pela coordenação, execução, avaliação e monitoramento, bem como pelo cumprimento de prazos e metas acordados e das políticas do Banco.

A UGP será responsável pelo desenvolvimento dos projetos de engenharia, licitação e contratação de obras, bens e serviços, supervisão e acompanhamento de obras, bem como pela contratação de consultorias para o fortalecimento institucional da COMPESA. Para a elaboração dos projetos e a execução das obras que não fazem parte da amostra, foi elaborado um Regulamento Operacional especificando os critérios de elegibilidade, a metodologia de avaliação e os procedimentos para a execução do Programa.

A UGP deverá apresentar ao Banco os relatórios de progresso semestrais, indicando as realizações em cada um dos componentes e o desempenho global do Programa, com base nos indicadores acordados na Matriz de Resultados. Além disso, o Órgão Executor deverá apresentar uma avaliação de progresso preparada por uma consultoria, transcorridos 18 (dezoito) meses após o primeiro desembolso dos recursos do Empréstimo. Uma avaliação final do Programa será realizada por uma consultoria, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de desembolso de 90% dos recursos do Empréstimo, que incluirá: (i) os resultados de execução financeira por componentes; (ii) o cumprimento das metas estabelecidas de acordo com os indicadores de resultado e de impacto acordados; (iii) uma avaliação dos indicadores socioeconômicos; e (iv) o cumprimento de compromissos contratuais, dentre outros.

#### **4. Principais Políticas Contábeis**

##### **4.1 Base de Contabilidade Caixa**

As demonstrações financeiras foram elaboradas sobre a base contábil de caixa, registrando-se as receitas quando do recebimento dos fundos (recursos) e reconhecendo-se as despesas quando estas efetivamente representam despesas pagas em dinheiro (caixa). Esta prática contábil difere das NICSP, segundo as quais as transações devem ser registradas na medida em que incorrerem, e não quando de seu pagamento. No entanto, as NICSP foram aplicadas para essas circunstâncias, conforme previsto no capítulo “IPSAS base de caixa – Relatórios Financeiros com base na contabilidade de caixa”.

##### **4.2 Unidade Monetária**

Os registros do programa são feitos em moeda local e em dólares dos Estados Unidos. Para o cálculo da equivalência em dólares dos Estados Unidos da América, do recurso recebido em moeda nacional na conta específica do banco comercial, utiliza-se a taxa de câmbio vigente na data do desembolso. Quanto às despesas efetuadas, a equivalência é calculada com a taxa de câmbio utilizada para a conversão dos recursos desembolsados em Dólares

**NOME DO EXECUTOR: COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO – COMPESA**  
**PROGRAMA DE SANEAMENTO AMBIENTAL NA BACIA DO RIO IPOJUCA - PSA/IPOJUCA**  
**CONTRATO DE EMPRÉSTIMO 2901/OC - BR**

à moeda do país do Mutuário. Neste caso, para fins de reembolso de gastos a débito de Empréstimo e de reconhecimento de gastos a débito de Aporte Local, aplicar-se-á a taxa de câmbio vigente na data de apresentação da solicitação ao Banco, conforme cláusula 3.05 da Parte Específica e artigo 4.9 a (i) das Normas Gerais do Contrato.


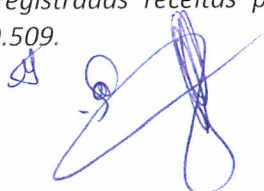
Nas demonstrações Financeiras básicas, as aplicações estão apresentadas pela taxa de conversão na data de fechamento dessas demonstrações (31.12.15, cotação 3,9042).

## 5. Fundos Disponíveis

Os fundos disponíveis em 31 de dezembro de 2015 estão depositados nas contas bancárias do Programa e incluem os rendimentos de aplicações financeiras.

	<u>Em R\$</u> 31/12/2015	<u>Em US\$</u> 31/12/2015
<b>I. Contas Bancárias</b>		
<b>I.1 Conta Bancária nº 10870-7 / Agência 3234-4</b>	<b>503.277</b>	<b>128.907</b>
Conta corrente	236.770	60.645
Investimentos Financeiros	266.507	68.262
<b>I.2 Conta Bancária nº 11095-7 / Agência 3234-4 – SDEC</b>	<b>1.457</b>	<b>373</b>
Investimentos Financeiros : R\$ 1.457,01	1.457	373
<b>I.3 Conta Única - SEFAZ/PE</b>	<b><u>32.820.812</u></b>	<b><u>8.406.540</u></b>
<b>Total</b>	<b>33.325.547</b>	<b>8.535.820</b>
<b>II. Gastos Pendentes de Apresentação ao Banco até 31/12/2015</b>	<b>1.362.452</b>	<b>421.681</b>
<b>III. Total de Adiantamentos Pendentes de Apresentação ao BID</b>	<b>34.687.998</b>	<b>8.957.501</b>
<b>IV. Saldo de Adiantamentos segundo LMS 1 – Contábil do BID</b>	<b>32.676.255</b>	<b>8.506.424</b>
<b>V. Diferenças (IV-III)</b>	<b>2.011.744</b>	<b>451.077</b>
<b>Conciliação</b>	<b>1.761.095</b>	<b>451.077</b>
(a) Saldo a liquidar ref.liberação 02 ( 12.184.614,30 - 11.661.168,46)	523.446	134.072
(b) Saldo a liquidar ref.liberação 06	1.153.182	295.370
(c) Rendimentos financeiros	349.462	89.509
(d) Diferença identificada por variação cambial	-264.995	-67.874
<b>Taxa de Cambio em 31.12.15 : 3,9042</b>		

- Durante o período de 20.08.14 a 31.12.15 foram registradas receitas provenientes de rendimentos de aplicação financeira no total de US\$ 89.509.





NOME DO EXECUTOR: COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO – COMPESA  
PROGRAMA DE SANEAMENTO AMBIENTAL NA BACIA DO RIO IPOJUCA - PSA/IPOJUCA  
CONTRATO DE EMPRÉSTIMO 2901/OC - BR

#### 6. Adiantamentos (Antecipados) Pendentes de Justificação

Em 31 de dezembro de 2015 o saldo pendente de justificação ao BID é de US\$ 421.681, e está representado nos gastos efetuados e não incluídos em tais solicitações:

	US\$
Solicitação de Desembolso Pendente de Tramitação nº	
Solicitação de Desembolso Pendente de Tramitação nº	
Gastos pagos não incluídos na Solicitação de Desembolso	421.681
<b>Total</b>	<b>421.681</b>

#### 7. Adiantamentos (antecipados) e justificativas

	US\$
Saldo de adiantamentos no início do período 01/01/2015	0
(-) Adiantamentos legalizados durante o período	10.279.330
(+) Adiantamentos recebidos	18.785.754
(=) Saldo de adiantamentos no encerramento do período 31.12.15	8.506.424

#### 8. Fundos de Contrapartida Nacional

O Governo de Pernambuco assumiu o compromisso de contribuir com a importância de US\$ 130 milhões, como contrapartida local. Em 31 de dezembro de 2015, o Governo contribuiu com o valor de US\$ 5 milhões, equivalente a 4% do total comprometido.

#### 9. Ajustes de Períodos Anteriores

Não há ajustes de períodos anteriores.

#### 10. Aquisição de Bens e Serviços

- **Em 2014 foram adquiridos bens de uso administrativo, através dos Processos PGE 023/2014 e 091/2014**, previstos no item do POA nº 2.1.11 Fortalecimento Institucional/Aquisição de bens de uso administrativos, no valor de R\$ 4.252.499,68 (quatro milhões duzentos e cinquenta e dois mil quatrocentos e noventa e nove reais e sessenta e oito centavos), encontram-se armazenados aguardando a conclusão da construção do prédio para as devidas instalações e tombamentos.
- **Em 2012 e 2013 foram adquiridos pela COMPESA 348.959 Hidrômetros**, equipamentos previstos no item do POA nº 2.1.3 Fortalecimento Institucional/ Aquisição de Hidrômetros, no valor de R\$ 11.627.951,31 (onze milhões, seiscentos e vinte e sete mil, novecentos e cinquenta e um reais e trinta centavos) e reembolsados pelo BID através da Solicitação de Desembolso nº 02.



NOME DO EXECUTOR: COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO – COMPESA  
PROGRAMA DE SANEAMENTO AMBIENTAL NA BACIA DO RIO IPOJUCA - PSA/IPOJUCA  
CONTRATO DE EMPRÉSTIMO 2901/OC - BR

- **Até 31 de dezembro de 2015 foram investidos R\$ 1.749.339,73** (um milhão setecentos e quarenta e nove mil, trezentos e trinta e nove reais e setenta e três centavos) correspondentes ao contrato CT.PS. 12.3.342-01 do **Consórcio Afixcode Patrimônio e Avaliações Ltda e Ibiaeon Consultoria Patrimonial Avaliações e informática Ltda**, referente à contratação de empresas especializadas para a avaliação física e econômica do imobilizado da COMPESA, conforme previstos no item do POA nº 2.1.1 – Fortalecimento Institucional/ Estudos para Avaliação dos Ativos da COMPESA.
- Em agosto de 2014 foi firmado o contrato nº CT.PS 14.5.239 com o **Consórcio PPA**, através da **SBQC nº 001/2014**, para a realização de serviços especializados para apoio ao gerenciamento do Programa de Saneamento Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Ipojuca – PSA Ipojuca, sendo as empresas participantes: Prointec Engenharia Ltda., Prointec S/A, PBLM Consultoria Empresarial Ltda. e Argos Engenharia S/S Ltda., no valor de R\$ 17.615.739,75 (dezessete milhões, seiscentos e quinze mil, setecentos e trinta e nove reais e setenta e cinco centavos) para o período de 4 anos. Item previsto no POA nº 1.1.1 Gerenciamento e Supervisão/Apoio a UGP para o Gerenciamento do Programa.
- Em julho de 2015 foi firmado o contrato nº CT.PS 15.7.162 com o **Consórcio ABF Engenharia, Serviços e Comércio Ltda. e Acqua-Plan Estudos Projetos e Consultoria Ltda.**, através da **SBQC nº 002/2014**, para a realização de serviços de supervisão das obras do Programa de Saneamento Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Ipojuca – PSA Ipojuca, no valor de R\$ 12.555.955,92 (doze milhões quinhentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e cinquenta e cinco reais e noventa e dois centavos) para o período de 4 anos e oito meses.
- Em dezembro de 2014 foi realizada a Licitação Pública Nacional – **LPN nº 002/2014**, CT.OS.14.6.332 – **Flamac Incorporação e Construção Ltda**, cuja contratação tem por objeto a execução das obras de implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário da cidade de Tacaimbó. Valor total contratado: R\$ 10.782.230,49 (dez milhões setecentos e oitenta e dois mil duzentos e trinta reais e quarenta e nove centavos). Item POA 2.2.2.1.
- Em 31 de agosto de 2015 foi emitida a Ordem de Serviços nº 005/2015 referente a **SBQC 003/2014**, contrato CT.PS.15.7.242 - **Consórcio Diagonal Condomínio**, formado pelas empresas Diagonal Empreendimentos e Gestão de Negócios Ltda e Condomínio Empreendimentos Ambientais Ltda para iniciar a execução dos serviços de mobilização técnico social em apoio as obras de implementação do sistema de esgotamento condominial da Bacia Hidrográfica do Rio Ipojuca. Valor total dos serviços R\$ 3.632.995,43 (três milhões seiscentos e trinta e dois mil, novecentos e noventa e cinco reais e quarenta e três centavos) Item do POA 2.2.13.4.
- Aquisição de 140 conjuntos de Plataformas de Coleta de Dados Pluviométricos – PCDs em junho de 2015, através do **Processo PGE nº 118/2014**, contrato 01/2015 – Ativa Soluções Tecnológicas Indústria e Comércio Ltda no valor de R\$ 1.830.549,00 (um milhão oitocentos e trinta mil e quinhentos e quarenta e nove reais). Item do POA 2.3.6.1.
- Contratação de empresa para a Instalação dos 140 PCDs em municípios do estado de Pernambuco, através da **LPN 04/2014**, Contrato 02/2015 – **Marcos Sérgio Pessoa Câmara – ME** no valor de R\$ 978.600,00 (novecentos e setenta e oito mil e seiscentos reais). Item do POA 2.3.6.2.

NOME DO EXECUTOR: COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO – COMPESA  
PROGRAMA DE SANEAMENTO AMBIENTAL NA BACIA DO RIO IPOJUCA - PSA/IPOJUCA  
CONTRATO DE EMPRÉSTIMO 2901/OC - BR

**11. Conciliação entre a Demonstração de Fluxos de Caixa e a Demonstração de Investimentos Acumulados**

US\$

DESCRIÇÃO	BID	LOCAL	TOTAL
Demonstração de Fluxos de Caixa (Desembolsos Efetuados/Gastos)	10.701.011	5.089.563	15.790.574
Demonstrativo de Investimentos	10.279.330	5.089.563	15.368.893
Diferença	421.681	0	421.681

A diferença apresentada nesse quadro refere-se aos pagamentos efetuados após o dia 18.11.2015, data do envio da última justificativa de gastos ao BID.

**12. Conciliação dos Registros do Programa com os Registros do BID (WLMS-1 Executive Financial Summary), por Categorias de Inversão.**

US\$

Categorias de Inversão	Demonstração de Investimentos	WLMS-1 Disbursed Amount	Diferença
1. Engenharia e Administração	1.741.118	1.741.118	0
2. Custos Diretos	8.538.212	8.538.212	0
2.1 Fortalecimento Institucional	7.394.907	7.394.907	0
2.2 Obras e Equipamentos	434.843	434.843	0
2.3 Sustentabilidade Ambiental e Social	708.462	708.462	0
3. Custos Associados	0	0	0
4. Sem Alocação Específica	0	0	0
<b>Total</b>	<b>10.279.330</b>	<b>10.279.330</b>	<b>0</b>

**13. Conciliação do Passivo a Favor do BID (entre o montante registrado no campo "Disbursed life" do WLMS-1 e o registrado no campo "Recursos Recebidos – BID da Demonstração de Fluxos de Caixa**

DESCRIÇÃO	TOTAL US\$
Demonstração de Fluxos de Caixa (Recursos Recebidos: Desembolsos + FIV)	18.785.754
WLMS - 1 (Disbursed Life)	18.785.754
Diferença	0



**NOME DO EXECUTOR: COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO – COMPESA**  
**PROGRAMA DE SANEAMENTO AMBIENTAL NA BACIA DO RIO IPOJUCA - PSA/IPOJUCA**  
**CONTRATO DE EMPRÉSTIMO 2901/OC - BR**



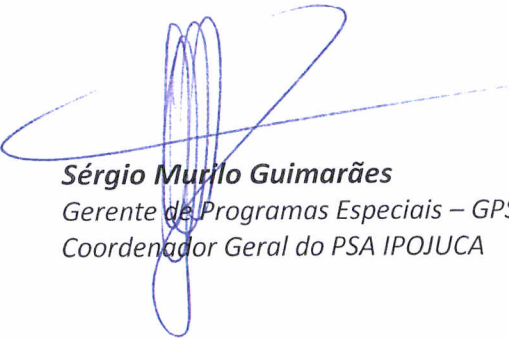
#### **14. Contingências**

Não há registros de demandas judiciais ou extrajudiciais, quer na defesa dos direitos, quer contra a administração do Programa até data base de 31/12/2015, e até a data da elaboração/aprovação das demonstrações financeiras.

#### **15. Eventos Subsequentes**

Considerando as dificuldades financeiras que atravessa o país, houve por parte da União redução no repasse de recursos para o PAC impactando em diminuição no ritmo das obras de Contrapartida no exercício atual, o que poderá ser visualizado nas próximas demonstrações.

Recife, 13 de abril de 2016.

  
**Mussilvana Alves da Silva**  
Téc. Contabilidade CRC/PE 011888/O  
Coordenadora Administrativa e Financeira  
**Nilce Helena Gondim**  
Coordenadora Executiva do PSA Ipojuca  
**Sérgio Murilo Guimarães**  
Gerente de Programas Especiais – GPS  
Coordenador Geral do PSA IPOJUCA

Visto, 27/04/2016  
  
Chefe da DIES





**Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE)**  
Coordenadoria de Controle Externo (CCE)

---

## **Parecer de Auditoria**

---

PSA Ipojuca

---



# Relatório dos Auditores Independentes às Demonstrações Financeiras Básicas

Ao Sr. Sérgio Murilo Guimarães  
(Gerente de Programas Especiais - UGP/PSA Ipojuca)

1. Examinamos as Demonstrações Consolidadas de Fluxo de Caixa e de Investimentos Acumulados, referentes ao período de 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2015 e respectivas Notas Explicativas, correspondentes ao Programa de Saneamento Ambiental — Bacia do Ipojuca (PSA Ipojuca), executado pela Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa), parcialmente financiado com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). As referidas demonstrações foram elaboradas pela UGP/PSA Ipojuca, com base no Artigo 8.04 das Normas Gerais do Contrato de Empréstimo BID 2901/OC-BR.

## Responsabilidade da Administração pelas Demonstrações Financeiras

2. A administração do Programa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas Demonstrações Financeiras, de acordo com as cláusulas do Contrato de Empréstimo estabelecendo diretrizes para elaboração de relatórios financeiros e pelos controles internos julgados como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

## Responsabilidade dos Auditores Independentes

3. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas Demonstrações Financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

4. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações, independentemente, se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de risco, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Programa para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações tomadas em conjunto.

5. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria.



## Opinião

6. Em nossa opinião, as Demonstrações Financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a conversão dos valores executados em moeda nacional para Dólares dos Estados Unidos, os fundos recebidos, os desembolsos realizados e os investimentos acumulados do Projeto, de acordo com os requisitos financeiros estabelecidos pelo BID.

## Ênfase

7. Como não houve auditoria relativa ao exercício de 2014, as Demonstrações Financeiras dos exercícios de 2014 e 2015 foram consolidadas em única peça contábil e auditada considerando-se esta consolidação. Este procedimento não afeta o Regime de Caixa, nem a opinião dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras tomadas em seu conjunto.

8. Embora a alínea (e) do Artigo 4.01. das Normas Gerais do Contrato de Empréstimo BID 2901/OC-BR estabeleça como uma das condições prévias ao primeiro desembolso que o Mutuário ou Órgão Executor tenha demonstrado ao Banco que conta com um sistema de informações financeiras e uma estrutura de controle interno adequados para os propósitos indicados neste Contrato, chamamos a atenção para o fato de o Sistema de Gerenciamento, Monitoramento e Avaliação do Programa (SGMAP), desenvolvido para esse fim, ainda está pendente de conclusão a versão final dos módulos Financeiro, Contábil, Físico, Controle de Materiais, Socioambiental, Planejamento, Monitoramento e Avaliação Gerencial, além da Importação de Dados, cujo valor pendente de pagamento remonta R\$ 375.820,00 (trezentos e setenta e cinco mil, oitocentos e vinte reais), correspondente a U\$ 96.245,66 (noventa e seis mil, duzentos e quarenta e cinco dólares e sessenta e seis centavos), convertidos à cotação da moeda americana na data-base de 31/12/2015. Assim, relatórios como o Demonstrativo de Fluxo de Caixa, peça fundamental para a análise das contas e aplicação dos valores deste projeto, foi em sua quase totalidade produzido de forma não automatizada. O atraso na conclusão do SGMAP já ultrapassa um ano em relação à previsão do contrato.

9. Também é importante chamar a atenção para os atrasos no repasse de recursos da Conta Única do Estado de Pernambuco para a conta do Programa de Saneamento Ambiental — Bacia Ipojuca (PSA Ipojuca). Há casos de liberação a menor do valor solicitado ou mesmo situação em que ainda não houve o efetivo repasse. A persistência desses atrasos pode interferir na execução do Programa.

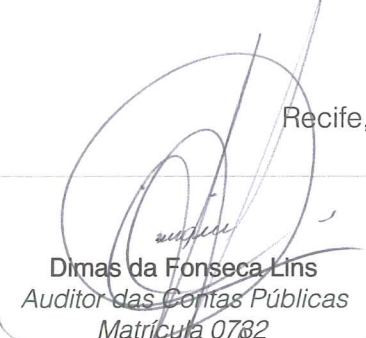


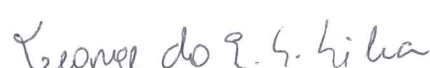
10. Há ainda a paralisação das obras *Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário da Bacia B de Arcoverde – PE (Concorrência nº 016/2012 – DRS/CPL)* e *Ampliação da Estação de Tratamento de Água de Bezerros (RDC Presencial nº 001/2015 DRI/CPL)*, ambas executadas com recursos de contrapartida do Estado de Pernambuco. Entre as justificativas para a paralisação está o atraso ou a falta de pagamento devido a deficiência no fluxo de caixa do Ministério das Cidades OGU/PAC. Até a data final da nossa visita, a Compesa não havia retomado as obras paralisadas.





Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco-TCE/PE  
Coordenadoria de Controle Externo-CCE

Recife, 20 de abril de 2016

<b>Coordenador da Equipe:</b>	 <b>Dimas da Fonseca Lins</b> Auditor das Contas Públicas Matrícula 0732
<b>Equipe de Auditoria:</b>	 <b>Eudenes Claudino Pinto</b> Auditor das Contas Públicas Matrícula 0442
	 <b>Waldyr Affonso Ferreira Neto</b> Técnico de Auditoria das Contas Públicas Matrícula 0315
	 <b>Adriano Lorena Inácio de Oliveira</b> Analista de Sistemas Matrícula 0794
	 <b>Jorge Luis Pereira Portela</b> Auditor das Contas Públicas Matrícula 1298
	 <b>Lélío Geraldo das Oliveiras</b> Inspetor de Obras Públicas Matrícula 0816
	 <b>Pedro Jorge Peixoto de Souza</b> Inspetor de Obras Públicas Matrícula 1172
	 <b>George do Espírito Santo da Silva</b> Inspetor de Obras Públicas Matrícula 1185



Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE)  
Coordenadoria de Controle Externo (CCE)

## Relatório de Controle Interno

PSA Ipojuca (Recursos Externos - BID)

<b>Tipo de Auditoria:</b>	Auditoria de Recursos Externos
<b>Exercício:</b>	2014 e 2015
<b>Demandante:</b>	Coordenadoria de Controle Externo (CCE)
<b>Coordenador da Equipe:</b>	Dimas da Fonseca Lins <i>Auditor das Contas Públicas</i> <i>Matrícula 0732</i>
<b>Equipe de Auditoria:</b>	Eudenes Claudino Pinto <i>Auditor das Contas Públicas</i> <i>Matrícula 0442</i>
	Waldyr Affonso Ferreira Neto <i>Técnico de Auditoria das Contas Públicas</i> <i>Matrícula 0315</i>
	Adriano Lorena Inácio de Oliveira <i>Analista de Sistemas</i> <i>Matrícula 0794</i>
	Jorge Luis Pereira Portela <i>Auditor das Contas Públicas</i> <i>Matrícula 1298</i>
	Lélio Geraldo das Oliveiras <i>Inspetor de Obras Públicas</i> <i>Matrícula 0816</i>
	Pedro Jorge Peixoto de Souza <i>Inspetor de Obras Públicas</i> <i>Matrícula 1172</i>
	George do Espírito Santo da Silva <i>Inspetor de Obras Públicas</i> <i>Matrícula 1185</i>



# Índice

<b>1. Introdução</b>	<b>3</b>
<b>2. Escopo</b>	<b>3</b>
<b>3. Achados de Auditoria</b>	<b>4</b>
<b>3.1. Controle Interno</b>	<b>4</b>
3.1.1. Atrasos no repasse de recursos da Conta Única para a conta do Programa PSA Ipojuca	4
3.1.2. Falhas de elaboração nos fluxogramas de licitações	5
<b>3.2. Aquisições</b>	<b>7</b>
3.2.1. Produtos previstos no contrato e não entregues	7
3.2.2. Itens de comprovação de capacidade técnico-operacional com potencial restritivo	8
3.2.3. Serviços com preços fechados - Sem composição de custos	11
3.2.4. Cláusulas restritivas à competitividade do certame licitatório	12
3.2.5. Obras paralisadas	13
<b>4. Conclusão</b>	<b>15</b>





## 1. Introdução

Em atendimento à determinação da Coordenadoria de Controle Externo (CCE), de acordo com a Portaria Nº 112/2016, o Termo de Designação de Auditoria Nº 1.03.001/2016, Convênio de Cooperação Técnica PSA Ipojuca Nº 001/2016, firmado entre este Tribunal de Contas e a Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa) e consoante com o Protocolo de Entendimento formalizado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), apresentamos os resultados dos exames realizados na gestão do Programa de Saneamento da Bacia do Ipojuca (PSA Ipojuca), parcialmente financiado com recursos do BID, por intermédio do Contrato de Empréstimo BID 2901/OC-BR, executado sob a responsabilidade da Compesa. Os nossos exames abrangem os exercícios de 2014 e 2015, consolidados numa única peça contábil, respeitando-se o Regime de Caixa.

## 2. Escopo

Os trabalhos de auditoria foram realizados na sede da Unidade Gestora do Programa (UGP), na cidade de Recife, e também, para os exames relativos às obras e serviços de engenharia, em Venturosa, Tacaimbó, Arcoverde, Bezerros e Ipojuca, em Pernambuco, no período de 12/02/2016 a 20/04/2016, em estrita observância às normas de auditoria aplicáveis ao Setor Público, as quais são compatíveis com as Normas Internacionais de Auditoria (NIA), aprovadas pela Federação Internacional de Contadores (IFAC), tendo como objetivo verificar:

- a) a execução do Projeto em confronto com as metas estabelecidas no plano de trabalho;
- b) a adequabilidade dos controles internos contábeis, financeiros, patrimoniais e administrativos mantidos pela coordenação do projeto;
- c) o cumprimento, pelo mutuário, das cláusulas contratuais de caráter contábil, financeiro e gerencial;
- d) de forma integrada, a conformidade dos processos de licitação/seleção com as políticas do Banco e da legislação nacional aplicável, a adequabilidade dos pagamentos realizados e das solicitações de desembolso apresentadas ao Banco;
- e) a adequada apresentação das Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas do Projeto.

Nenhuma restrição foi imposta aos nossos exames, tendo sido prestadas todas as informações e explicações solicitadas.



### 3. Achados de Auditoria

Os procedimentos e exames de auditoria são aplicados com base em amostragem, de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (NIA) e, portanto, podem não ser capazes de, necessariamente, revelar todas as irregularidades e/ou deficiências de controle interno do Programa de Saneamento Ambiental Bacia do Ipojuca (PSA Ipojuca). Entretanto, revelaram os achados apontados neste Relatório de Auditoria.

#### 3.1. Controle Interno

##### 3.1.1. Atrasos no repasse de recursos da Conta Única para a conta do Programa PSA Ipojuca

Os recursos liberados pelo BID são depositados na Conta Única do Estado de Pernambuco. Para execução do programa PSA, o Coordenador do PSA Ipojuca envia Ofício à Secretaria da Fazenda ou Secretaria de Desenvolvimento Econômico solicitando a liberação dos recursos para a conta da COMPESA, específica para execução do Programa. No ofício CT UGP PSA Ipojuca Nº 113/2016, de 15/04/2016, a UGP enviou uma planilha com a relação de repasses solicitados à Secretaria da Fazenda (da Conta Única para a conta da COMPESA) e também todos os ofícios enviados solicitando liberação de recursos. A análise da documentação enviada mostra que (1) houve atraso considerável em algumas liberações; (2) houve transferência de recursos com valor inferior ao valor solicitado; e (3) em dois casos, o valor solicitado não foi transferido para a conta da COMPESA.

Consideramos como principal causa para esses atrasos e transferências de valores inferiores aos valores solicitados a falta de um processo formal que envolva a Secretaria da Fazenda e a COMPESA e que estabeleça responsabilidades e prazos para ambos em relação à liberação dos recursos do BID para o Programa PSA Ipojuca.

A planilha com a relação de repasses e as cópias de ofícios enviados solicitando a liberação de recursos em anexo ao ofício CT UGP PSA Ipojuca Nº 113/2016 de 15/04/2016 da UGP, evidenciam a situação encontrada. A planilha apresenta cinco solicitações de liberação, das quais uma ocorreu por uma liberação de saldo e a quarta não foi atendida, pois o valor solicitado de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) não foi repassado para a conta da COMPESA. Em duas das solicitações o valor repassado foi menor que o solicitado, totalizando R\$ 4.412.393,78 (quatro milhões, quatrocentos e doze mil, trezentos e noventa e três reais e setenta e oito centavos) de diferença entre o valor solicitado e o valor liberado.





O atraso na liberação dos recursos da Conta Única ou a transferência de valores inferiores aos solicitações pela UGP pode produzir atrasos nos pagamentos dos fornecedores e, conseqüentemente, atrasos na própria execução do programa.

O Ofício CT/UGP/PSA Ipojuca Nº 148/2015, de 06/10/2015, enviado para a Secretaria da Fazenda de Pernambuco (SEFAZ-PE), relata que, considerando o saldo atual da conta do Programa, já contando com os rendimentos, haveria um déficit de R\$ 2.498.264,04 (Dois milhões, quatrocentos e noventa e oito mil, duzentos e sessenta e quatro reais e quatro centavos), a partir de 31/10/2015. Por isso, no mesmo ofício, a UGP solicitou a transferência de R\$ 2.292.933,78 (dois milhões, duzentos e noventa e dois mil, novecentos e trinta e três reais e setenta e oito centavos) para a conta do Programa. Conforme a planilha de solicitação de repasses, enviada em anexo ao ofício CT UGP PSA Ipojuca Nº 113/2016, de 15/4/2016, esses recursos não foram liberados da Conta Única para a conta do Programa.

Recomendamos que sejam tomadas providências no sentido de agilizar as futuras liberações de recursos da Conta Única para a conta do projeto, inclusive que sejam negociados prazos e definido um processo de liberação de recursos em conjunto com a Secretaria da Fazenda.

#### **Resposta da UGP:**

*A recomendação do TCE/PE será levada ao conhecimento da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDEC), representante do Estado, como tomadora do empréstimo, assim como da Secretaria da Fazenda do Estado (SEFAZ), responsável pela liberação dos recursos. O assunto também será apresentado na próxima reunião do Conselho Consultivo do Programa.*

*Por oportuno, esclareço que os atrasos verificados na transferência dos recursos, que nesta data já foram sanados, não resultou em comprometimento do Programa.*

#### **3.1.2. Falhas de elaboração nos fluxogramas de licitações**

Os fluxogramas de processos relativos às licitações não seguem os padrões definidos para esse tipo de fluxograma, como, por exemplo, a *inclusão de informações sobre responsáveis para cada atividade e a apresentação de fluxos alternativos*. Tais elementos, por outro lado, são observados nos fluxogramas relativos a Adiantamento de Recursos do BID, Fluxo Financeiro - Pagamento e Pedidos de Desembolso ao BID. Os fluxogramas de processo foram enviados através do ofício CT UGP PSA Ipojuca Nº 19/2016, de 02/02/2016.

Os fluxogramas de licitações que apresentam as falhas de elaboração são: (1) Contratação Direta (CD); (2) Licitação Pública Nacional (LPN); (3) Pregão Eletrônico; (4) Seleção de Consultor Individual (CI); (5)





Seleção Baseada nas Qualificações do Consultor (SQC); (6) Seleção Baseada na Qualidade e no Custo.

Pode-se apontar como causa para tais falhas nos fluxogramas a não utilização de padrões internacionais para sua elaboração, a exemplo da notação BPNM (*Business Process Modeling Notation*, em português Notação de Modelagem de Processos de Negócio).

A existência de uma estrutura de controle interna adequada é uma das condições prévias para o primeiro desembolso estabelecida no contrato de financiamento do programa com o BID. Tal condição está prevista no Capítulo IV, artigo 4.01, item (e): *que o Mutuário ou Órgão Executor tenha demonstrado ao Banco que conta com um sistema de informações financeiras e uma estrutura de controle interno adequados para os propósitos indicados neste Contrato*. O artigo 4.02 do contrato prevê que o prazo para atendimento de tais condições prévias é de 180 dias contados da vigência do Contrato. Os fluxogramas constituem uma das formas mais usadas para representar o ciclo operacional da empresa graficamente e que são fundamentais como documentação de controle interno e para análise de riscos.

A existência de fluxogramas de processos de negócio incompletos pode dificultar a análise e gerenciamento de riscos e o entendimento dos processos de negócio do Programa por parte da equipe. Em particular, a inexistência da informação sobre fluxos alternativos mostra que os fluxogramas estão incompletos e possivelmente não indicam todas as possibilidades importantes que podem ocorrer. A não indicação de responsáveis por cada tarefa e/ou atividade também dificulta o gerenciamento do projeto.

Recomendamos que sejam tomadas providências no sentido adequar os fluxogramas de processos de negócios aos padrões internacionais, que permitirá a inclusão, ao menos, da identificação dos responsáveis pelas atividades e dos fluxos alternativos. Além disso, eles devem ser permanentemente atualizados para refletir a realidade dos processos do Programa, incluindo o papel do sistema SGMAP nos processos de negócio.

**Resposta da UGP:**

*Serão envidados esforços no sentido de atualizar os fluxogramas para os padrões internacionais, de modo a que se incluam a identificação dos responsáveis por cada das etapas e os fluxos alternativos.*



## 3.2. Aquisições

### 3.2.1. Produtos previstos no contrato e não entregues

O contrato do consórcio PPA, formado por PROINTEC S/A, PROINTEC Engenharia Ltda., PBLM Consultoria Empresarial Ltda. e ARGOS Engenharia S/S Ltda., (COMPESA CT.PS.14.5.239, de 14/08/2014), prevê, a entrega dos produtos especificados a seguir:

Ordem	Produto	Prazo
1	Sistema SGMAP	3 meses a partir da Ordem de Serviço.
2	Manuais de Procedimentos Administrativos, Financeiros e Contábeis	2 meses a partir da Ordem de Serviço.
3	Manuais de Procedimentos de Administração de Contratos	2 meses a partir da Ordem de Serviço.
4	Manuais de Planejamento e Controle de Execução de Obras, incluindo os aspectos ambientais	2 meses a partir da Ordem de Serviço.

O ofício CT UGP PSA Ipojuca Nº 063/2016, de 17/02/2016, a UGP informou, na planilha 1 anexada, que os referidos manuais ainda não foram entregues, após um ano e seis meses de vigência do contrato.

Podemos apontar como causa para extrapolação no prazo de entrega desses produtos a falha de fiscalização da execução do contrato.

As descrições dos manuais, apresentadas na pág. 38 do contrato e na tabela anterior, mostram que eles devem ser documentos importantes para o bom andamento do projeto, pois deveriam apresentar rotinas e procedimentos para diversos processos da UGP, nas áreas administrativa, financeira, contábil, de administração de contratos e de planejamento e controle de execução de obras. Portanto, infere-se que eles deveriam ter sido elaborados logo no início da vigência do contrato do Consórcio PPA (por isso o contrato previu dois meses para entrega desses manuais). A não utilização de tais manuais nos trabalhos da UGP pode estar impactando a gestão do projeto e o controle interno em diversas áreas.

Recomendamos que a UGP tome as providências necessárias para a adequada entrega dos produtos previstos, bem como para a correta execução do contrato celebrado com o Consórcio PPA.

#### **Resposta da UGP:**

*Os Manuais foram entregues preliminarmente pela gerenciadora, porém ainda não foram concluídos e aprovados. Ocorre que estão aguardando o fechamento do SGMAP, com vistas a possibilitar sua compatibilização com os produtos e processos disponibilizados pelo Sistema. A partir da entrega e ajustes*





*definitivos do SGMAP, os Manuais serão ajustados, entregues oficialmente e aprovados. Contudo, será mantido durante todo o curso do Programa o processo de realimentação positiva e corretiva desses documentos.*

### **3.2.2. Itens de comprovação de capacidade técnico-operacional com potencial restritivo**

#### **a) Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário da Cidade de Tacaimbó**

Em análise a licitação da referida obra, observou-se características restritivas no que diz respeito às exigências de capacidade técnico-operacional exigidas para as licitantes. No caso da obra não ser de grande vulto, as normas de aquisição do BID (GN-2349-9) estabelece que seja feita pós-qualificação, conforme se segue:

*2.58 — Na hipótese de não ter havido pré-qualificação, o Mutuário determinará se o licitante cuja proposta tenha sido considerada como a que ofereceu o menor preço avaliado possui as qualificações e recursos necessários à execução satisfatória do contrato, conforme ofertado na proposta. Os critérios a serem adotados serão estabelecidos nos Editais de Licitação, devendo a proposta ser rejeitada caso o licitante não atenda aos mesmos. Nesse caso, o Mutuário fará avaliação semelhante do licitante que vier classificado a seguir.*

No caso em análise, observa-se que foram selecionados diversos critérios de capacidade técnico-operacional, sendo considerados restritivos. Os itens se encontram no edital no item 4.5 (b), (c) e (f). De forma sucinta, o item (b) pede que nos últimos cinco anos o licitante tenha um volume médio anual de obras equivalente ao indicado nos montantes dos dados do edital; o item (c) pede que o licitante tenha executado duas obras do mesmo porte nos últimos dez anos e no item (f), pede que o licitante tenha executado obras com características, quantidades, prazos e valores de contrato compatíveis com o objeto da licitação.

O item (b) exige que a licitante tenha feito de forma anual uma obra de igual porte nos últimos cinco anos, quando pela jurisprudência atual bastaria ter realizado uma única vez uma obra do mesmo porte, sendo a exigência comprovada através de itens de serviço; o item (c) é claramente redundante com o (b), e não é comprovado através de itens de serviço e o item (f) novamente apresenta redundâncias, e também não é comprovado através de itens de serviço.



Nas normas de aquisição do BID, item 2.9, relativo a pré-qualificação mas que pode-se aplicar por semelhança ao caso em análise, temos que:

*2.9 A pré-qualificação é geralmente necessária no caso de obras de grande vulto e complexidade ou circunstância em que o alto custo envolvido na elaboração de propostas pormenorizadas possa desestimular a participação de interessados, como o caso de equipamentos sob encomenda, instalações industriais, serviços especializados, complexa tecnologia da informação e contratos do tipo empreitada integral, projeto e construção ou contratos de gerenciamento/administração de obras. Esse método assegura, também, que os convites para apresentação de proposta se restrinjam àqueles que disponham de capacidade e recursos adequados. A pré-qualificação deve basear-se inteiramente na capacidade e recursos dos potenciais licitantes de desempenhar satisfatoriamente as atividades previstas no contrato considerando-se: (a) experiência e desempenho anterior em contratos similares, (b) capacidade em termos de pessoal, equipamento e instalações necessárias à execução das obras ou à fabricação dos bens, e (c) situação financeira. (Grifos nossos)*

Assim, temos apenas o item (a) do texto das normas de aquisição citada que fala sobre experiência em contratos anteriores. Nesse sentido, há o Acórdão nº 717/ 2010-P do Tribunal de Contas da União (TCU), a seguir parcialmente transcrito:

*"(...) se abstenha de estabelecer, em editais de licitação, como requisito de qualificação técnico-operacional, percentuais mínimos acima de 50% dos quantitativos dos itens de maior relevância da obra ou serviço, salvo em casos excepcionais, cujas justificativas para tal exploração deverão estar tecnicamente explicitadas, ou no processo licitatório, previamente ao lançamento do respectivo edital, ou no próprio edital e seus anexos, em observância ao inc. XXI do art. 37 da Constituição Federal, ao inc. I do § 1º do art. 3º e inc. II do art. 30 da Lei nº 8.666/1993 e ao Acórdão nº 1.284/2003-Plenário." (Grifos nossos).*





Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco-TCE/PE  
Coordenadoria de Controle Externo-CCE

Como resultado, a licitação teve apenas um licitante, com deságio de apenas 1,00% do valor orçado pelo órgão. Para efeito comparativo, as demais obras do programa, feitas pela ótica da Lei Federal 8.666/93, tiveram maior deságio, conforme o quadro a seguir:

Licitações de obras do PSA Ipojuca — até 2015

Obras	Fonte de Recursos	Nº de Ofertas de Preço	Valor Orçado (R\$)	Valor Proposta Vencedora (R\$)	Deságio (%)
Ampliação de Sistema de Abastecimento de Água de Porto de Galinhas	Contrapartida	3	21.052.869,62	16.176.945,73	23,16
Implantação da SES de Arcoverde (1ª etapa)	Contrapartida	2	24.290.284,69	21.985.725,64	9,49
Ampliação da ETA de Bezerros	Contrapartida	5	9.469.961,02	8.844.206,00	6,61
Sistema de Esgotamento Sanitário da Cidade de Venturosa - 1ª etapa	Contrapartida	5	22.264.429,32	19.699.998,66	11,52
Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário da cidade de Tacaimbó (1ª etapa)	BID	1	10.891.014,24	10.782.230,49	1,00

Foram solicitados esclarecimentos a Compesa, através do ofício TCE-PE/GTBID/ENG nº 07/2016. Em resposta fomos informados, através do ofício CT UGP Ipojuca Nº 103/2016, que as disposições sobre capacidade técnico operacional estão prescritas no modelo de Licitação Pública Nacional (LPN) fornecido pelo BID e de uso obrigatório, entre outros pontos. Em análise ao modelo verificado, observamos no prefácio do modelo de LPN que de fato o BID faz a exigência, e como o valor contratado se encontra dentro dos valores aceitáveis, não há assim da parte do PSA Ipojuca irregularidade a ser apontada.

Entretanto, devido ao problema específico de restrição observado no âmbito do projeto, recomendamos ao BID flexibilizar suas exigências de capacidade técnico operacional, a fim de viabilizar o maior número possível de licitantes, com condições de executar a obra e ofertando preço justo, o que possibilitaria uma economia que seria revertida para o projeto e viabilizaria novas ações dentro do mesmo. A situação ideal seria restringir os licitantes baseados apenas em quantitativos dos serviços mais importantes, conforme realizado nas licitações de contrapartida, semelhantemente às exigências da Lei Federal Nº 8.666/93.



### **Resposta da UGP:**

*Em que pese à proposta de recomendação abordada acima, conforme entendimento deste TCE quanto à aceitação dos valores que estão dentro dos parâmetros legais, a UGP/COMPESA acata, desde já, o posicionamento elencado para as próximas contratações, desde que haja a concordância do BID.*

*Quanto às parcelas de maior relevância das obras, é importante esclarecer que não houve em nenhum momento a exigência de comprovação de valores superiores a 50% dos quantitativos da obra, conforme demonstramos na tabela abaixo:*

Item Nº	Características	Unid	Parcela de Maior Relevância na LPN	Quant. na Planilha Orçamentária da Licitação
01	Estação de Tratamento de Esgotos – ETE, constituído por UASB, associado ao tratamento secundário, mecanizada, para descarga ≥ 18l/s.	ud	01	37 l/s
02	Escavação de valas com material de terceira categoria, com profundidade ≥ a 2m, com uso de explosivos, inclusive abafamento.	m³	2.300	4.656,03
03	Assentamento de rede coletora de esgotos em tubos de PVC ou ferro fundido, DN mínimo 150 mm.	m	3.500	9.480,97
04	Concreto simples com FCK ≥ a 30 MPa, controle “A”, consumo mínimo de cimento de 450kg/m³, para lançamento convencional.	m³	150	347,04

### **3.2.3. Serviços com preços fechados - Sem composição de custos**

#### **a) Ampliação de Sistema de Abastecimento de Água de Porto de Galinhas**

Item: Mão de obra de montagem das Subestações de 30 KVA e 225 kVA.

A planilha orçamentária de referência do Edital apresentou um preço fechado de R\$ 58.000,00 (cinquenta e oito mil reais) para montagem da subestação de 225 kVA; R\$ 12.900,00 para a de 30 kVA tipo 1; R\$ 11.700,00 (onze mil e setecentos reais) para a de 30 kVA tipo 2 e R\$ 13.700,00 (treze mil e setecentos reais) para a de 30 kVA tipo 3. A proposta vencedora também não apresentou nenhuma composição para esses valores e, simplesmente, lançou-os em sua planilha.

Verificando tabelas de preços de construção da Prefeitura de São Paulo, encontramos valores para montagem, no caso de 225 kVA de R\$ 600,42 (seiscentos reais e quarenta e dois centavos) — (jul 2012, ES=157,80%). Entendemos que não se trata de uma montagem do porte da subestação proposta para essa obra, porém há uma distância expressiva que precisa ser demonstrada com a composição detalhada para cada uma das subestações.

A Lei de Licitações é clara, Art. 6º, inciso IX - Projeto Básico: “conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão





adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ... devendo conter os seguintes elementos: ... f) Orçamento detalhado do custo global da obra, fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos propriamente avaliados"; e mais, Art. 7º, § 2º, II: "As obras e serviços somente poderão licitados quando:" ... "II - Existir orçamento detalhado em planilhas que expressem a **composição de todos os seus custos unitários**" (grifo nosso); § 4º "É vedada, ainda, a inclusão, no objeto da licitação, de fornecimento de materiais e serviços sem previsão de quantidades ou cujos quantitativos não correspondam às previsões reais do projeto básico ou executivo."

Assim, é necessário detalhar cada um dos preços para as montagens.

Item: Mobilização e Desmobilização

A planilha de referência traz o item de "Instalação da obra" englobando escritórios, materiais de expediente e equipamentos, veículos, placa de identificação, operação e supervisão do canteiro, aluguel de área e mobilização/desmobilização. O valor total previsto para a "instalação" foi de R\$ 783.483,43 (setecentos e oitenta e três mil, quatrocentos e oitenta e três reais e quarenta e três centavos). A proposta vencedora manteve o mesmo valor.

Entretanto é necessário apresentar o detalhamento das operações de "Mobilização e Desmobilização", com valores de R\$ 82.983,60 (oitenta e dois mil, novecentos e oitenta e três reais e sessenta centavos) e R\$ 35.564,40 (trinta e cinco mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e quarenta centavos), respectivamente. Não basta apenas dizer um total, é imperativo que se especifiquem os componentes dos preços das duas operações (Mobilização e Desmobilização). A justificativa é a mesma do item acima. É a Norma. Assim, é necessário apresentar as composições das duas ações: Mobilização e Desmobilização.

**Resposta da UGP:**

*Em Diante da proposta de recomendação acima, a UGP/COMPESA se compromete a obter a composição dos custos referente aos serviços questionados.*

**3.2.4. Cláusulas restritivas à competitividade do certame licitatório**

**a) Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário da Bacia B de Arcoverde – PE (Concorrência nº 016/2012 – DRS/CPL)**

O item 4.3.1 do Edital da Concorrência nº 016/2012 – DRS/CPL veda a participação de empresas sob o regime de consórcios. No entanto, não há justificativa formal no processo licitatório para esta proibição. A decisão de vedar a participação de consórcio em licitação insere-se na esfera de





discrecionabilidade do gestor. Tal opção, contudo, demanda justificativa técnica e econômica que a respaldem.

Os itens 7.6.1.4 e 7.6.1.5 do Edital exigem para a qualificação econômico-financeira a comprovação de capital social mínimo integralizado e o recolhimento de Garantia da Proposta para participação na licitação, respectivamente. A jurisprudência do TCU é clara na determinação de que essas exigências não podem ser realizadas de forma cumulativa (Acórdão n.º 1622/2010-Plenário, TC-016.958/2007-8).

Três empresas apresentaram proposta para o objeto licitado, sendo apenas duas habilitadas após análise da documentação. A proibição de participação de empresas sob o regime de consórcios juntamente com as exigências para a qualificação econômico-financeira (itens 7.6.1.4 e 7.6.1.5) podem ter afastado eventuais empresas interessadas em participar da licitação, comprometendo assim a competitividade do certame.

Recomendamos que a Compesa, em editais futuros, permita a participação de empresas sob o regime de consórcios quando não houver justificativas técnicas e econômicas para tal proibição, e que não exija, para fim de qualificação econômico-financeira, a comprovação de capital social mínimo juntamente com o recolhimento de garantia da proposta de preço.

**Resposta da UGP:**

*A UGP/Compesa ressalta que diante da recomendação para a participação de empresas sob o regime de consórcios, encaminhará a proposta do TCE/PE para Diretoria da COMPESA.*

**3.2.5. Obras paralisadas**

**a) Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário da Bacia B de Arcoverde – PE (Concorrência nº 016/2012 – DRS/CPL)**

Os serviços para a Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário da Bacia B de Arcoverde encontram-se paralisados desde janeiro de 2015. A MRM Construtora, empresa contratada, informou através de carta a desmobilização da obra. As justificativas para a paralisação dos serviços foram os constantes atrasos da Compesa para a realização dos pagamentos dos boletins de medição.

A Ordem de Serviço para início dos trabalhos foi assinada em maio de 2013 e o cronograma original previa a execução da obra em 18 meses. Logo, em outubro de 2014 a obra deveria estar concluída. Em dezembro de 2014 (19 meses após o início dos serviços) foi emitido o boletim de medição nº 9, o último antes da paralisação da obra. O montante medido até o 9º BM foi de R\$1.657.772,25 (um milhão, seiscentos e cinquenta e sete mil, setecentos e setenta e dois reais e vinte e cinco centavos), isto é, apenas



7,5% do contrato. Em dezembro de 2015, quase um ano após a desmobilização da empresa, o total pago a MRM somava o valor de R\$ 1.193.252,64 (hum milhão, cento e noventa e três mil, duzentos e cinquenta e dois reais e sessenta e quatro centavos).

Não resta dúvida que o cronograma não vinha sendo cumprido pela empresa contratada, porém o atraso nos pagamentos teve papel determinante para a paralisação dos serviços.

Até a presente data, abril de 2016, a Compesa ainda não retomou os serviços do esgotamento sanitário do município de Arcoverde. A não conclusão da obra, além de gerar um possível prejuízo financeiro devido à degradação dos serviços executados, causa um prejuízo social já que a população continua sem acesso ao serviço de saneamento básico.

#### **Resposta da UGP:**

*A Obra do SES Arcoverde tem como fonte de financiamento recursos não onerosos provenientes da União, por intermédio do Ministério das Cidades, conforme Termo de Compromisso N° 0350933-71/2011-PE, tendo a CAIXA como agente financeiro.*

*A Empresa MMR Construtora Ltda paralisou as obras, com 12% do cronograma físico executado (ver quadro abaixo), devido a deficiência no fluxo de caixa do Ministério das Cidades OGU/PAC a partir de jan/2015, razão pela qual pediu rescisão contratual com a Compesa.*

Descrição do Serviço	Quantidade a Construir	Quantidade construída
Instalação da Obra	1 unidade	
Ramais de Calçada – Ø 150 mm	52.200,00 m	3.673,97 m
Rede Coletora – Ø 150 a 1000 mm	29.800,00 m	6.672,42 m
EEE	4 Unidades	-
Emissários – Ø 200 a 500 mm	1.200,00 m	-
ETE (14.000 habitantes)	1 Unidade	-

*Para que a Compesa retome as obras será necessário a conclusão da atualização do orçamento e equacionamento dos recursos necessários junto ao Ministério das Cidades.*

#### **b) Ampliação da Estação de Tratamento de Água de Bezerros (RDC Presencial nº 001/2015 DRI/CPL)**

Os serviços para a ampliação da Estação de Tratamento de Água de Bezerros encontram-se paralisados. A justificativa da Compesa para a paralisação dos serviços foi a descontinuidade do envio de recursos pelo Ministério das Cidades.

Até a presente data, abril de 2016, a Compesa ainda não retomou os serviços da ampliação da Estação de Tratamento de Água de Bezerros.

*[Assinaturas manuscritas]*  
14



**Resposta da UGP:**

A obra da ETA Bezerras tem como fonte de financiamento recursos não onerosos provenientes da União, por intermédio do Ministério das Cidades, conforme Termo de Compromisso nº 0394930-65/2012-PE, tendo a Caixa Econômica Federal como agente financeiro.

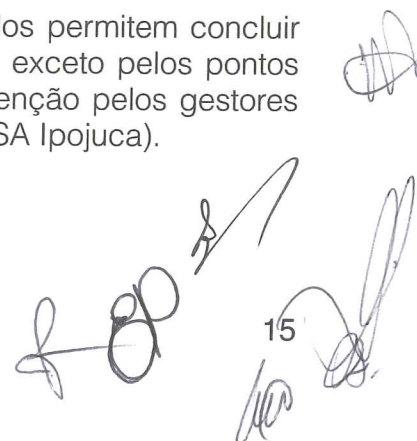
A Empresa TEC HIDRO — Serviços Técnicos e Comércio Ltda. vem realizando as obras em ritmo lento, estando 3,9% do cronograma físico executado (ver quadro abaixo), devido a deficiência no fluxo de caixa do Ministério das Cidades OGU/PAC.

Item	Descrição do Serviço	Valor da Proposta	Valor Medido	Porcentagem
1.0	Instalação da Obra	R\$ 706.594,71	R\$ 118.796,02	16,81%
2.0	Bloco Hidráulico	R\$ 3.567.691,04	R\$ 52.911,92	1,48%
3.0	Adequação/Modulação de decantador	R\$ 610.037,13	-	
4.0	Sistema de Drenagem	R\$ 65.593,04	-	
5.0	Casa de Química	R\$ 623.918,73	-	
6.0	Reservatório de Lavagem	R\$ 430.431,28	-	
7.0	Tanque de Equalização	R\$ 498.146,94	-	
8.0	Adensador de Lodo	R\$ 283.090,39	-	
9.0	Elevatória do Filtrado	R\$ 32.106,00	-	
10.0	Desidratação do Lodo	R\$ 379.824,07	-	
11.0	Interligações	R\$ 465.120,22	-	
12.0	Urbanização	R\$ 674.971,07	R\$ 173.329,80	25,68%
13.0	EE Rio Sirinhaém	R\$ 506.681,38	-	
<b>Valor Total da Obra</b>		<b>R\$ 8.844.206,00</b>	<b>R\$ 345.037,74</b>	<b>3,90%</b>

A Compesa vem realizando reiteradas gestões junto ao Ministério das Cidades para liberação dos recursos.

## 4. Conclusão

O resultado dos nossos testes e exames de auditoria realizados permitem concluir que, em nossa opinião, os controles internos são adequados, exceto pelos pontos abordados no item 3. Achados de Auditoria, que merecem atenção pelos gestores do Programa de Saneamento Ambiental — Bacia de Ipojuca (PSA Ipojuca).

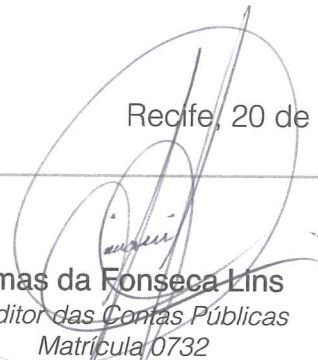
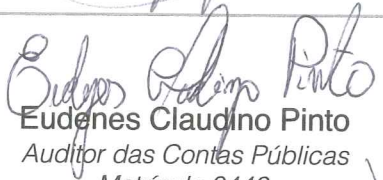
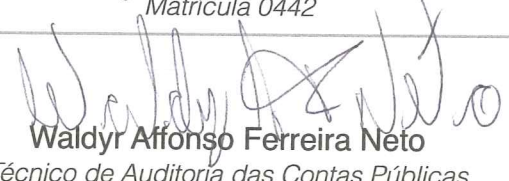
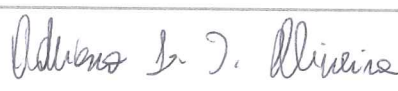



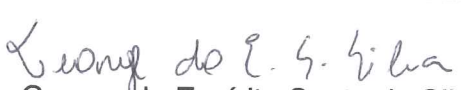
  
15






Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco-TCE/PE  
Coordenadoria de Controle Externo-CCE

Recife, 20 de abril de 2016

<b>Coordenador da Equipe:</b>	 <b>Dimas da Fonseca Lins</b> Auditor das Contas Públicas Matrícula 0732
<b>Equipe de Auditoria:</b>	 <b>Eudenes Claudino Pinto</b> Auditor das Contas Públicas Matrícula 0442
	 <b>Waldyr Affonso Ferreira Neto</b> Técnico de Auditoria das Contas Públicas Matrícula 0315
	 <b>Adriano Lorena Inácio de Oliveira</b> Analista de Sistemas Matrícula 0794
	 <b>Jorge Luis Pereira Portela</b> Auditor das Contas Públicas Matrícula 1298
	 <b>Lélío Geraldo das Oliveiras</b> Inspetor de Obras Públicas Matrícula 0816
	 <b>Pedro Jorge Peixoto de Souza</b> Inspetor de Obras Públicas Matrícula 1172
	 <b>George do Espírito Santo da Silva</b> Inspetor de Obras Públicas Matrícula 1185





Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE)  
Coordenadoria de Controle Externo (CCE)

## Relatório de Cumprimento das Cláusulas Contratuais

PSA Ipojuca (Recursos Externos - BID)

<b>Tipo de Auditoria:</b>	Auditoria de Recursos Externos
<b>Exercício:</b>	2014 e 2015
<b>Demandante:</b>	Coordenadoria de Controle Externo (CCE)
<b>Coordenador da Equipe:</b>	Dimas da Fonseca Lins <i>Auditor das Contas Públicas</i> <i>Matrícula 0732</i>
<b>Equipe de Auditoria:</b>	Eudenes Claudino Pinto <i>Auditor das Contas Públicas</i> <i>Matrícula 0442</i>
	Waldyr Affonso Ferreira Neto <i>Técnico de Auditoria das Contas Públicas</i> <i>Matrícula 0315</i>
	Adriano Lorena Inácio de Oliveira <i>Analista de Sistemas</i> <i>Matrícula 0794</i>
	Jorge Luis Pereira Portela <i>Auditor das Contas Públicas</i> <i>Matrícula 1298</i>
	Lélio Geraldo das Oliveiras <i>Inspetor de Obras Públicas</i> <i>Matrícula 0816</i>
	Pedro Jorge Peixoto de Souza <i>Inspetor de Obras Públicas</i> <i>Matrícula 1172</i>
	George do Espírito Santo da Silva <i>Inspetor de Obras Públicas</i> <i>Matrícula 1185</i>



# Índice

1. Introdução	3
2. Escopo	3
3. Achados de Auditoria	3
3.1. Ocorrência de Desembolsos e Reembolsos sem que o sistema de informação financeira da Unidade Executora esteja adequadamente preparado para emitir de forma satisfatória demonstrações financeiras e outros relatórios relacionados com os recursos do Empréstimo e de outras fontes de financiamento	4
4. Conclusão	7





## 1. Introdução

Em atendimento à determinação da Coordenadoria de Controle Externo (CCE), de acordo com a Portaria Nº 112/2016, o Termo de Designação de Auditoria Nº 1.03.001/2016, Convênio de Cooperação Técnica PSA Ipojuca Nº 001/2016, firmado entre este Tribunal de Contas e a Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa) e consoante com o Protocolo de Entendimento formalizado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), apresentamos os resultados dos exames realizados na gestão do Programa de Saneamento da Bacia do Ipojuca (PSA Ipojuca), parcialmente financiado com recursos do BID, por intermédio do Contrato de Empréstimo BID 2901/OC-BR, executado sob a responsabilidade da Compesa. Os nossos exames abrangem os exercícios de 2014 e 2015, consolidados numa única peça contábil, respeitando-se o Regime de Caixa.

## 2. Escopo

Os trabalhos de auditoria foram realizados na sede da Unidade Gestora do Programa (UGP), na cidade de Recife, e também, para os exames relativos às obras e serviços de engenharia, em Venturosa, Tacaimbó, Arcoverde, Bezerros e Ipojuca, em Pernambuco, no período de 12/02/2016 a 20/04/2016, em estrita observância às normas de auditoria aplicáveis ao Setor Público, as quais são compatíveis com as Normas Internacionais de Auditoria (NIA), aprovadas pela Federação Internacional de Contadores (IFAC), tendo como objetivo verificar o cumprimento das cláusulas contratuais.

Nenhuma restrição foi imposta aos nossos exames, tendo sido prestadas todas as informações e explicações solicitadas.

## 3. Achados de Auditoria

Os procedimentos e exames de auditoria são aplicados com base em amostragem, de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (NIA) e, portanto, podem não ser capazes de, necessariamente, revelar todas as irregularidades e/ou deficiências de controle interno no cumprimento das cláusulas do Contrato de Empréstimo BID 2901/OC-BR do Programa de Saneamento Ambiental Bacia do Ipojuca (PSA Ipojuca). Entretanto, revelaram os achados apontados neste Relatório de Auditoria.



### **3.1. Ocorrência de Desembolsos e Reembolsos sem que o sistema de informação financeira da Unidade Executora esteja adequadamente preparado para emitir de forma satisfatória demonstrações financeiras e outros relatórios relacionados com os recursos do Empréstimo e de outras fontes de financiamento**

#### Descrição do Achado:

O Acordo de Empréstimo BID 2901/OC-BR do Programa de Saneamento Ambiental Bacia do Ipojuca (PSA Ipojuca), em suas Normas Gerais (Segunda Parte do Contrato), dita como condição prévia para desembolso e reembolso dos recursos do Empréstimo que o que o Mutuário ou o Órgão Executor tenha demonstrado ao Banco que conta com um sistema de informação financeira adequados para os propósitos indicados neste Contrato. Da mesma forma, o Mutuário deve manter um sistema de informação financeira aceitável ao Banco que permita o registro contábil, orçamentário e financeiro, e a emissão de demonstrações financeiras e outros relatórios relacionados com os recursos do Empréstimo e de outras fontes de financiamento.

O contrato do consórcio PPA, formado por PROINTEC S/A, PROINTEC Engenharia Ltda., PBLM Consultoria Empresarial Ltda. e ARGOS Engenharia S/S Ltda., (COMPESA CT.PS.14.5.239, de 14/08/2014), prevê, a entrega do Sistema de Gerenciamento, Monitoramento e Avaliação do Programa (SGMAP), *contendo todos os módulos de execução, alimentado com as informações pretéritas e em funcionamento*, em um prazo de três meses a partir da ordem de serviço.

No ofício CT UGP PSA IPOJUCA Nº 097/2016, de 07/04/2016, a Unidade de Gestão do Programa (UGP) informou a relação de pagamentos efetuados referentes ao sistema SGMAP. Até o final de 2015 foram pagas três parcelas, totalizando R\$ 613.180,00 (seiscentos e treze mil, cento e oitenta reais) e foram realizados pagamentos em 02/12/2014 (duas parcelas) e em 05/03/2015 (uma parcela). O valor pendente de pagamento é de R\$ 375.820,00 (trezentos e setenta e cinco mil e oitocentos reais). O ofício lista dentre as pendências a serem concluídas para que seja realizado o pagamento da última parcela a versão final dos módulos Financeiros, Contábil, Físico, entre outros. Identificamos que já há um atraso de mais de um ano em relação à previsão original do contrato de que o sistema seria concluído em três meses.

Além disto, durante a execução da auditoria contábil e financeira, o material utilizado para sua realização, em particular o relatório de Fluxo de Caixa, peça chave para a análise das contas e aplicação dos valores deste





projeto, foi em sua quase totalidade produzido de forma não automatizada pela equipe, da UGP, tendo em vista a impossibilidade de extração de informações automatizadas do sistema SGMAP com conteúdo apresentado de acordo com os formatos exigidos pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Identificamos que não obstante a não conclusão no sistema SGMAP de módulo informatizado de Controle Financeiro, foram efetuados, durante os exercícios de 2014 e 2015, 5 (cinco) desembolsos correspondendo a um valor em U\$ 18.785.754,00 (Dezoito milhões setecentos e oitenta e cinco mil setecentos e cinquenta e quatro dólares).

Além disto foi identificado que obstante a não conclusão no sistema SGMAP de módulo informatizado de controle financeiro, foram efetuados durante os exercícios de 2014 e 2015, 1 (um) reembolso correspondendo a um valor em R\$ 11.627.951,31 (Onze milhões seiscentos e vinte e sete mil novecentos e cinquenta e um reais e trinta e um centavos) referente a aquisição de hidrômetros.

Evidência:

- Normas Gerais do Contrato de Empréstimo BID 2901/OC-BR:

*ARTIGO 4.01. Condições prévias ao primeiro desembolso. O primeiro desembolso dos recursos do Empréstimo estará condicionado a que se cumpram, de maneira satisfatória para o Banco, os seguintes requisitos:*

*... (e) que o Mutuário ou o Órgão Executor tenha demonstrado ao Banco que conta com um sistema de informação financeira e uma estrutura de controle interno adequados para os propósitos indicados neste Contrato.*

*...ARTIGO 4.06. Reembolso de despesas. (a) Cumpridos os requisitos previstos nos Artigos 4.01 e 4.03 destas Normas Gerais e os que sejam pertinentes das Disposições Especiais, o Banco poderá efetuar desembolsos para reembolsar ao Mutuário, ou ao Órgão Executor, conforme seja o caso, as despesas efetuadas na execução do Projeto que sejam elegíveis para atender-se com recursos do Empréstimo, de acordo com as disposições deste Contrato. (b) Salvo acordo expresso entre as partes, os pedidos de desembolso para reembolsar despesas financiadas pelo Mutuário ou pelo Órgão Executor, conforme seja o*

*[Assinaturas manuscritas]*

5





*caso, de acordo com o inciso (a) acima, deverão ser feitos prontamente, à medida que o Mutuário ou o Órgão Executor incorram em tais despesas, ou, no mais tardar, dentro dos 60 (sessenta) dias seguintes ao fim de cada Semestre ou em outro prazo que as partes acordem.*

*ARTIGO 8.01. Sistema de informação financeira e controle interno. (a) O Mutuário, o Órgão Executor ou o Órgão Contratante, conforme o caso, deverá manter (i) um sistema de informação financeira aceitável ao Banco que permita o registro contábil, orçamentário e financeiro, e a emissão de demonstrações financeiras e outros relatórios relacionados com os recursos do Empréstimo e de outras fontes de financiamento,*

- Ofício de resposta CT UGP PSA Ipojuca Nº 097/2016.

Recomendações:

Que seja priorizada a entrega do módulo Financeiro no Sistema SGMAP, com determinação de prazo junto ao desenvolvedor, de forma a atender minimamente aos requisitos de extração de dados e relatórios necessários para a gestão e acompanhamento deste projeto, permitindo, dessa forma, o cumprimento efetivo das Normas Gerais do Contrato de Empréstimo BID 2901/OC-BR, evitando riscos de suspensão dos demais desembolsos.

**Resposta da UGP:**

*É preciso esclarecer que todas as condições prévias ao primeiro desembolso foram devidamente atendidas, como informado na CBR 2066/2013, tanto que foi efetuado o primeiro desembolso. Especificamente, a aprovação do condicionante referente a Cláusula 4.01 (e) das Normas Gerais do Contrato de Empréstimo foi informada por meio da CSC/CBR 4693/2013.*

*O atendimento dessa condição não estava adstrita ao SGMAP, nem poderia, visto que sua contratação foi inserida em um ajuste que seria licitado, contratado e pago após o início do Contrato de Empréstimo e seu primeiro desembolso. A COMPESA conta com um sistema de controle extremamente eficaz, o ALPHA, que possibilita o acompanhamento e controle de todas as operações financeiras do Programa. Da mesma forma, o E-Fisco com relação às ações contratadas diretamente pela SDEC.*

*Foi baseado nesses dois instrumentos de gestão, que operam até hoje, que o BID considerou aprovada a condição relativa ao sistema de informações financeiras e estrutura de controle interno. ( CSC/CBR 4693/2013).*

*Quanto ao SGMAP, a fiscalização em seu monitoramento estava atenta. Os atrasos foram detectados e foram adotadas providências à sua correção, como se denota nas reformulações do Plano de Trabalho dos serviços.*

*O desenvolvimento do Sistema demonstrou-se muito mais complexo do que o planejado, conforme se observa a seguir:*

*[Assinaturas manuscritas]*



- *Maior dificuldade de geração de interfaces automatizadas com os sistemas Alpha e e-Fisco. No início do desenvolvimento do sistema, eram previstas 3 fontes das informações do Alpha. Hoje se importa dados de mais de 40 fontes (as chamadas views), além do mais, o desenvolvimento destas views é executado pela Compesa e muitas delas levaram várias semanas para serem feitas, impactando no prazo de desenvolvimento do SGMAP*
- *Inclusão dos Módulo Ambiental e informações referentes a desapropriação.*
- *O Módulo de Controle de Materiais já estava pronto quando sofreu uma alteração completa, passando a importar automaticamente as informações do ALPHA, reduzindo a entrada manual de dados.*
- *Alteração no fim de 2015, das regras de numeração do Plano de Aquisições pelo BID, implicando em ajustes no SGMAP que vinculava seus pagamentos ao número do PA.*
- *Peculiaridades encontradas em cada área de atuação do PSA Ipojuca que precisaram ter seus fluxos de controle e informações minuciosamente desenhados.*
- *O fato da empresa desenvolvedora do SGMAP ter sede em São Paulo, que num prazo alongado, repercutiu negativamente na sua implantação.*

*No que se refere ao módulo contábil, o mesmo se encontra em desenvolvimento quanto a sua estrutura, funcionalidade e associação do plano de contas do programa PSA Ipojuca com as informações recebidas do Alpha, fato que explica as divergências nos relatórios produzidos.*

*Em que pese efetivamente haver um atraso significativo, cabe-nos ponderar sobre os ganhos havidos com o enriquecimento do Sistema, o que absolutamente não seria possível mantido o diminuto prazo originalmente pactuado.*

*Finalmente, diante do efetivo uso dos módulos do SGMAP já entregues, definiremos junto com o fornecedor o prazo para conclusão do Sistema.*

## 4. Conclusão

O resultado dos nossos testes e exames de auditoria realizados permitem concluir que, em nossa opinião, a Unidade de Gestão do Programa (UGP) vem cumprindo adequadamente as cláusulas contratuais, exceto pelos pontos abordados no item 3. Achados de Auditoria, que merecem atenção pelos gestores do Programa de Saneamento Ambiental — Bacia de Ipojuca (PSA Ipojuca).

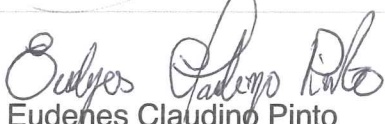


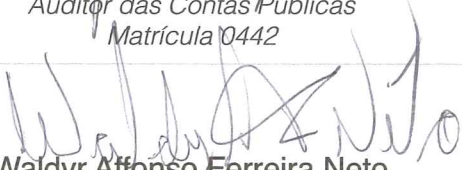
Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco-TCE/PE  
Coordenadoria de Controle Externo-CCE

Recife, 20 de abril de 2016

**Coordenador da Equipe:**

  
**Dimas da Fonseca Lins**  
Auditor das Contas Públicas  
Matrícula 0732


  
**Eudenes Claudino Pinto**  
Auditor das Contas Públicas  
Matrícula 0442


  
**Waldyr Affonso Ferreira Neto**  
Técnico de Auditoria das Contas Públicas  
Matrícula 0315

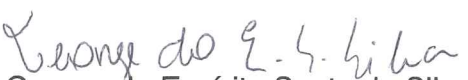
  
**Adriano Lorena Inácio de Oliveira**  
Analista de Sistemas  
Matrícula 0794

**Equipe de Auditoria:**

  
**Jorge Luis Pereira Portela**  
Auditor das Contas Públicas  
Matrícula 1298

  
**Lélío Geraldo das Oliveiras**  
Inspetor de Obras Públicas  
Matrícula 0816

  
**Pedro Jorge Peixoto de Souza**  
Inspetor de Obras Públicas  
Matrícula 1172

  
**George do Espírito Santo da Silva**  
Inspetor de Obras Públicas  
Matrícula 1185